

**COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL**

**ACTA NÚMERO 51/X/ 4.ª SL**

Aos vinte e seis dias do mês de Novembro de dois mil e oito, pelas quinze horas, reuniu a Comissão de Defesa Nacional, na sala cinco do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte ordem de trabalhos:

15:00 Horas - Audiência com a Associação dos Militares na Reserva e Reforma;

15:30 Horas - Audiência com a Associação de Oficiais das Forças Armadas;

16:00 Horas - Audiência com a Associação 25 de Abril;

16:30 Horas - Audição com o Presidente da Comissão Permanente de Contrapartidas Embaixador Pedro Catarino.

 **1.** Distribuição e aprovação de acta;

 **2.** Expediente;

 **3.** Actividades;

 **4.** Outros assuntos.

Após o Senhor Presidente, Deputado Miranda Calha, declarar aberta reunião, foi dado início à audiência com a Associação dos Militares na Reserva e Reforma, representada pelos Senhores Presidente da Direcção, Contra-Almirante Alfredo Rodrigues Batista, Presidente do Conselho Fiscal, Major-General José Martinho Moreira Matos e Vice-Presidente da Assembleia-Geral, Tenente-General Fernando António A. C. Seabra. O Senhor Contra-Almirante, depois de apresentar cumprimentos, e lembrando ser esta a primeira reunião com a Comissão após a tomada de posse dos actuais órgãos sociais, enunciou as preocupações da Associação relativas ao Fundo de Pensões, à Assistência na Doença dos Militares, ao Instituto de Acção Social das Forças Armadas e à aplicação da Lei nº 25/2000, defendendo que só através do diálogo entre todas as partes envolvidas se poderiam encontrar soluções para os problemas existentes. Intervieram os Senhores Deputados João Soares (PS), João Rebelo (CDS/PP) e Marques Júnior (PS), que desejaram felicidades e formularam votos de excelente trabalho aos elementos dos novos órgãos sociais, comunicando-lhes a disponibilidade da Comissão para contribuir na resolução das questões enunciadas.

Seguidamente, teve lugar a audiência com a Associação de Oficiais das Forças Armadas, representada pelos Senhores Presidente da Assembleia Geral, Almirante Castanho Paes, Presidente do Conselho Deontológico, Tenente-General Oliveira Simões, Secretário-Geral do Conselho Nacional, Capitão-de-Mar-e-Guerra, Sequeira Alves e pelo Secretário do Conselho Nacional, Coronel Tasso Figueiredo. O Senhor Almirante Castanho Paes, referiu-se com preocupação ao que considera ser a baixa prioridade que os assuntos dos militares têm para o Governo, que não ouve as suas associações, conforme determina a lei; o Senhor Capitão-de-Mar-e-Guerra Sequeira Alves, por seu lado, manifestou preocupações referentes a questões de pessoal - atrasos no pagamento de suplementos - e a questões relacionadas com a saúde – designadamente em relação aos cônjuges dos militares; finalmente, o Senhor Coronel Tasso Figueiredo fez referência à situação do Fundo de Pensões, ao incumprimento por parte do Estado da Lei nº 25/2000, e igualmente ao facto de o Governo não ouvir as associações quando a lei o impõe. Para além do Senhor Deputado José Lello (PS), intervieram os Senhores Deputados António Filipe (PCP), João Rebelo (CDS/PP), Correia de Jesus (PSD) e Marques Júnior (PS), que compreenderam as preocupações expressas, sendo de opinião que o Governo tem o dever de cumprir o que a lei estabelece, tendo, ainda, o Senhor Deputado Marques Júnior (PS) relembrado que, neste momento, o Estado não tem condições para satisfazer algumas das legítimas aspirações dos militares.

Teve então lugar a audiência com os representantes do grupo de trabalho constituído no seio da Associação 25 de Abril para o acompanhamento da aplicação da Lei nº 43/99, representada pelos Senhores Tenente-Coronel Frederico Carlos dos Reis Morais, Capitão-Tenente Manuel Inácio Godinho Novais Leite, Tenente Grad. Pilav. Lino Duarte Loureiro Reis, Sargento José Castelo Branco de Moura e Primeiro-Sargento Manuel Diogo Cordeiro da Silva. O Senhor Tenente-Coronel fez uma intervenção no sentido de sensibilizar os Senhores Deputados para o facto de a comissão de apreciação revisão da situação de militares na reserva ou reforma, nomeada pelo Senhor Primeiro-Ministro (Resolução nº 34/2007, de 6 de Julho de 2007), ter terminado os seus trabalhos em 20 de Julho de 2008, sem que, até à presente data, tenha sido prestada qualquer informação acerca da resolução dos casos pendentes.

Intervieram os Senhores Deputados João Rebelo (CDS/PP), António Filipe (PCP), Fernando Rosas (BE) e Correia de Jesus (PSD), que estranharam a situação e defenderam que o assunto deve ser clarificado junto do Governo. O Senhor Deputado Marques Júnior (PS) esclareceu que o relatório já foi entregue pela comissão e que apenas faltam as assinaturas dos Ministros da Defesa Nacional e das Finanças para a resolução do problema.

Procedeu-se, de seguida, à audição com o Presidente da Comissão Permanente de Contrapartidas, Senhor Embaixador Pedro Catarino, em cuja intervenção começou por fazer o ponto da situação do funcionamento da comissão a que preside – em termos de operacionalidade e de recursos humanos. Informou também que ainda não foi nomeado um vogal não executivo e que têm sido levantados problemas em relação à aplicação retroactiva de taxas aos beneficiários. Fez ainda referência aos novos métodos de trabalho que têm sido implementados, designadamente a proactividade, a flexibilidade, o acompanhamento da execução dos contratos, a facilitação de contactos e a interacção com outros organismos do Estado e com as empresas, e às perspectivas de futuro do sistema de contrapartidas no contexto europeu. Os Senhores Deputados João Rebelo (CDS/PP), Agostinho Gonçalves (PS) e Correia de Jesus (PSD) agradeceram a sua disponibilidade e pediram esclarecimentos adicionais relacionadas com necessidade de meios, aplicação de taxas, nomeação do vogal e ainda quanto ao conceito actual de contrapartidas. O Senhor Embaixador prestou então os esclarecimentos solicitados.

Após o Senhor Presidente ter agradecido a presença do Senhor Embaixador, deu-se continuidade ao cumprimento da ordem de trabalhos, tendo sido posta a votação a Acta nº 50/X/4ª SL, que foi aprovada por unanimidade.

O Senhor Presidente deu conta da comunicação do Senhor Ministro da Defesa que se colocou à disposição da Comissão a fim de se pronunciar acerca do processo de “empresarialização” do Arsenal do Alfeite, tendo sido agendado a sua audição para o dia 2 de Dezembro às 15 horas. Assim, o requerimento que o BE tinha feito no mesmo sentido considera-se, desta forma, satisfeito. Comunicou também que seria distribuído um documento enviado pela Comissão de Trabalhadoras do Arsenal do Alfeite.

Foi ainda o Senhor Deputado Correia de Jesus (PSD) nomeado relator do Parecer sobre o Programa Legislativo e de Trabalho da Comissão Europeia para 2009 – “*Agir agora para uma Europa melhor”.*

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dezoito horas e dez minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 26 de Novembro de 2008.

**O PRESIDENTE**

**(MIRANDA CALHA)**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

 Agostinho Gonçalves

 António Filipe

 Correia de Jesus

 Fernando Rosas

 João Gaspar

 João Portugal

 João Rebelo

 João Soares

 Joaquim Ponte

 José Lamego

 José Lello

 Luís Campos Ferreira

 Marques Júnior

 Melchior Moreira

 Miranda Calha

 Rui Gomes da Silva

 Virgílio Almeida Costa

 Carlos Alberto Gonçalves

 Luiz Fagundes Duarte

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

 Renato Sampaio

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

 Sónia Sanfona